

# O assalto anfíbio a Arzila (1471): teoria e prática

## The amphibious assault on Asilah (1471): theory and practice

*Paulo M. Dias\**

IEM – Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH)

### Resumo

A 24 de Agosto de 1471, Arzila, vila costeira de Marrocos, foi tomada de assalto por uma hoste transportada de Portugal em centenas de embarcações. A operação anfíbia que permitiu o desembarque das tropas e a posterior conquista permanece relativamente esquecida pela historiografia, não obstante a existência de numerosas fontes de vários géneros que lhe fazem referência directa, como as célebres *Tapeçarias de Pastrana* ou as crónicas de Rui de Pina e Damião de Góis. A partir da análise desta numerosa documentação – e em particular do plano de desembarque criado para a ocasião por D. Afonso V e o seu conselho – procederemos ao estudo detalhado desta operação anfíbia. Num primeiro momento, analisaremos a forma como o desembarque foi pensado e planeado, para em seguida tentar compreender até que ponto os planos foram aplicados no terreno em finais de Agosto de 1471.

### Palavras-chave

Operações Anfíbias; Conquista de Arzila; D. Afonso V; Século XV; Marrocos

---

\* Doutorando de História Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador integrado do IEM – Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. O presente trabalho foi financiado por Fundos Nacionais no âmbito de bolsa individual de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência 2020.09997.BD.

## Abstract

On 24 August 1471, Asilah, a coastal town in Morocco, was stormed by an army ferried over from Portugal in hundreds of ships. The amphibious operation which allowed for the landing of the troops and the town's subsequent conquest remains relatively forgotten by historiography, despite the existence of many sources of various kinds which make direct reference to it, such as the renowned Pastrana Tapestries or the chronicles of Rui de Pina and Damião de Góis. Based on the analysis of this ample documentation - and in particular the landing plan created for the occasion by King Afonso V and his council - we will study this amphibious operation in detail. We will first examine how the landing was thought out and planned, and then try to understand to what extent the plans were implemented on the ground at the end of August 1471.

## Keywords

Amphibious warfare; Conquest of Asilah; D. Afonso V; 15 th century; Morocco

## Introdução

A conquista de Ceuta, em 1415, constituiu o marco inicial do processo expansionista português em Marrocos. Ainda que nem sempre tenha sido consensual na corte e no reino, esse novo rumo, alicerçado desde início em operações militares, foi prosseguido pela Coroa ao longo de mais de um século<sup>1</sup>. Desde a década de 1990 que o estudo deste processo, em geral, e dos aspectos militares que lhe eram inerentes, em particular, tem merecido renovado interesse por parte da historiografia portuguesa. Aos estudos sobre campanhas específicas, com natural destaque para a de 1415<sup>2</sup>, tem-se juntado a abordagem de temas como a guerra naval

---

1 A bibliografia sobre este assunto é particularmente vasta. Para uma síntese do processo expansionista português em Marrocos entre 1415 e o final do reinado de D. Manuel I em 1521, cf. FARINHA, 1998, pp. 118-130; FARINHA, 1999, pp. 3-28; SANTOS, 2007, pp. 22-56; LOPES, 1989, pp. 5-40. Veja-se ainda uma análise do mesmo assunto, mas com interessantes cruzamentos entre fontes europeias e norte-africanas, em BOUCHARB, 2014, pp. 51-58; MANSOURI, 2015, pp. 123-128; NADIR, 2007, pp. 95-120; ATTAR, 2016, pp. 98-145.

2 A conquista de Ceuta, enquanto acto inaugural da expansão portuguesa, continua a concitar grande atenção. O recente sexto centenário desse acontecimento (2015) deu origem a uma onda de novas publicações. Vejam-se, a título de exemplo, BRAGA, 2015; DUARTE, 2015; MONTEIRO e COSTA, 2015. Para uma síntese sobre as campanhas portuguesas no Norte de África ao longo do século XV, cf. BRAGA, 1998, pp. 237-295, e DUARTE, 2003, pp. 392-441.

no Estreito de Gibraltar<sup>3</sup>, a espionagem em território norte-africano<sup>4</sup> ou ainda a composição das guarnições das praças portuguesas na região<sup>5</sup>, para citar apenas alguns exemplos. No entanto, embora este campo de estudos se encontre em franco desenvolvimento, nem todos os assuntos mereceram, até ao momento, o mesmo grau de atenção.

Entre as questões menos exploradas encontra-se a guerra anfíbia<sup>6</sup>. Apesar de a historiografia reconhecer, em linhas gerais, a sua importância para o estabelecimento dos Portugueses no Norte de África e nas costas do oceano Índico, as operações anfíbias são ainda, salvo raras exceções, referidas apenas de passagem<sup>7</sup> e, portanto, pouco conhecidas, pelo que se torna necessário estudá-las de forma mais aturada.

O presente artigo pretende, portanto, contribuir para o alargamento das análises sobre este tema por intermédio de um estudo de caso: a operação anfíbia realizada pelos portugueses nas imediações de Arzila em Agosto de 1471. Partindo da análise de uma cópia inédita do plano de desembarque criado para a ocasião, abordaremos dois momentos-chave: o desembarque e o subsequente estabelecimento de uma testa-de-ponte em terra. Repletos de perigos, desde a provável intervenção inimiga no sentido de impedir o desembarque, até às dificuldades de navegação e manobra provocadas pelos elementos ou por obstáculos naturais como recifes e o recorte da costa, ambos os momentos foram planeados minuciosamente. Procuraremos igualmente compreender, dentro do possível, até que ponto o plano idealizado poderá ter sido seguido no terreno. Para tal, será necessário cruzar a informação obtida em fontes narrativas, documentais e iconográficas. Esta análise aprofundada não só permitirá conhecer melhor a campanha que culminou na conquista de Arzila, como poderá também servir para ilustrar alguns

3 Sobre este assunto, veja-se a importante compilação de estudos reunidos por DOMINGUES e MATOS (ed.), 2003.

4 Cf. o estudo pioneiro de PINTO, 2015.

5 Cf. PESSANHA, 2012, e, sobretudo, COSME, 2004, onde se encontra um importante estudo de caso, bem como a transcrição de documentos sobre a guarnição de Safim em 1511.

6 De acordo com D.J.B. Trim e Mark Charles Fissel, guerra anfíbia pode ser entendida enquanto “A form of warfare in which land-based and waterborne forces cooperate, on at least one side, whether against a similar conjunction of forces, or against a solely land or water-based enemy”. Cf. TRIM e FISSEL, 2011, p. 27.

7 Para uma abordagem mais geral a estas operações, cf. RODRIGUES, 2018, pp. 256-260; SOUSA, 2018, pp. 242-243; RODRIGUES, 2004, pp. 198-200; PEDROSA, 1997, 373-375. Relativamente a análises mais detalhadas, cf. NEWITT, 2011, pp. 103-121; PESSANHA, 2018, pp. 97-123, e RODRIGUES, 2017, pp. 321-336.

detalhes comuns a outras operações anfíbias, mas para as quais não dispomos de documentação tão rica.

## 1. Antecedentes da conquista de Arzila

Entre a sua conquista em 1415 e a tomada de Alcácer Ceguer em 1458, Ceuta manteve-se como a única praça portuguesa em Marrocos. Perigosamente isolada em território hostil e, por isso mesmo, inteiramente dependente dos abastecimentos e reforços oriundos de Portugal, Ceuta tornou-se um pesado fardo financeiro. A necessidade de quebrar esse isolamento foi uma das razões invocadas pelo rei D. Duarte para justificar o envio de uma expedição a Tânger, em 1437. O fracasso desta campanha, que redundou no aprisionamento de um dos seus comandantes, o infante D. Fernando, acabou por agravar os problemas da Coroa na região. O falecimento inesperado de D. Duarte em 1438 e a subsequente ascensão do infante D. Pedro à regência do reino<sup>8</sup> em nome do novo monarca, D. Afonso V, acabaram por conduzir ao abandono temporário de quaisquer planos de expansão em Marrocos. Ao assumir o governo pessoal do reino (1448), D. Afonso V cedo demonstrou interesse em prosseguir a política norte-africana iniciada por D. João I em 1415, embora só em 1458 tenha sido possível rumar ao Norte de África. Nesse ano, ao comando de uma hoste, forçou a capitulação de Alcácer Ceguer, terminando desse modo os 42 anos de isolamento de Ceuta. Entre 1463-1464, o rei conduziu uma nova campanha contra Tânger, mas, tal como em 1437, a cidade resistiu. Anos mais tarde, em inícios da década de 1470, D. Afonso V voltou a ponderar regressar a Marrocos para uma vez mais atacar Tânger. No entanto, as duas derrotas perante os muros daquela cidade aconselhavam cautela, pelo que os conselheiros régios procuraram dissuadir o rei sugerindo um alvo alternativo: Arzila<sup>9</sup>. Porém, antes de analisarmos detalhadamente a campanha de 1471, importa compreender as fontes que nos informam sobre a mesma.

8 Em 1426, na célebre carta de Bruges, enviada ao infante D. Duarte, D. Pedro demonstrava o seu desagrado relativamente à forma como Ceuta era administrada, o que a convertia num “muy bom sumydoiro de gente de uossa terra // e d armas e de dinheiro” (cf. CARTUXA, p. 37). Mais tarde, viria a opor-se ao envio da expedição a Tânger (1437) e, após o fracasso daquela, tentou negociar a entrega de Ceuta ao sultanato de Fez em troca da libertação do infante D. Fernando, o que acabou por não conseguir fazer, cf. DUARTE, 2003, p. 418; BRAGA, 1998, pp. 265-268.

9 FARINHA, 1998, pp. 119-127; DUARTE, 2003, pp. 417-432; BRAGA e BRAGA, 1998, pp. 27-38.

## 2. As fontes para a campanha de 1471

Ao contrário do que sucede para outras campanhas militares do período, as fontes referentes à campanha de 1471 são não só numerosas, mas também variadas, o que permite uma melhor compreensão dos acontecimentos<sup>10</sup>. Os 38 livros da Chancelaria de D. Afonso V<sup>11</sup> são particularmente ricos em cartas de perdão<sup>12</sup>, mercê e quitação, documentos fulcrais para o estudo das questões logísticas, como o recrutamento de tropas, a compra de mantimentos e o fretamento de embarcações de transporte<sup>13</sup>. No entanto, tendo em conta que nosso estudo foca, sobretudo, o desembarque das tropas portuguesas na praia de Arzila, iremos limitar a nossa análise às fontes narrativas, documentais e iconográficas que nos informam directamente sobre este processo.

As fontes narrativas são as mais numerosas, num total de duas crónicas portuguesas e um relato escrito na corte da Borgonha, e foram produzidas ao longo de aproximadamente um século, sensivelmente entre 1472 e meados da década de 1560<sup>14</sup>. Deve-se a Jean de Wavrin, experiente cronista e veterano da Guerra dos Cem Anos<sup>15</sup>, a produção de uma notícia sobre a campanha de 1471. O relato em causa foi elaborado a pedido da duquesa viúva da Borgonha, D. Isabel, que desejava dar a conhecer ao filho, o duque Carlos, o Temerário, os sucessos do primo português, D. Afonso V, na guerra contra os muçulmanos. Para tal, a duquesa permitiu que Wavrin consultasse as cartas que lhe tinham sido remetidas da corte portuguesa pela infanta D. Joana<sup>16</sup>, que, por seu tur-

10 O contraste com a expedição a Anafé, realizada poucos anos antes, é evidente. Neste caso, dispomos apenas de fontes narrativas, e os vários cronistas (Rui de Pina, Damião de Góis e João Leão, o Africano) não concordam em que ano se realizou a expedição, se em 1468 ou 1469. Sobre esta expedição, Cf. PESSANHA, 2018.

11 Originalmente, a Chancelaria de D. Afonso V seria composta por 44 livros, dos quais apenas 38 chegaram até nós. Cf. FREIRE, 1904, 479-480.

12 Este género de documentação é particularmente numeroso para 1471, o que levou Maria Manuela da Silva Durão a apelidá-lo de ano “africano”. Cf. DURÃO, 2002.

13 Sobre as questões logísticas da campanha de 1471, cf. DIAS, 2015, pp. 12-80.

14 João Leão, o Africano, na sua *Descrição de África*, refere a conquista de Arzila, mas não adianta qualquer pormenor sobre o desembarque, pelo que o seu relato não será alvo de análise detalhada. Cf. AFRICANO, 1995, p. 174.

15 Jean de Wavrin participou em várias campanhas militares entre 1415 e 1435. Posteriormente, dedicou-se às letras e escreveu a célebre *Recueil des Chroniques et Anciennes Istories de la Grant Bretagne, a present nomme Engleterre*, onde apresenta inúmeros relatos de acções militares ocorridas durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e a Guerra das Rosas (1455-1487). Cf. VISSER-FUCHS, pp. 57-58.

16 PAVIOT, 1995, pp. 515-516.

no, tinha sido informada dos acontecimentos por cartas do próprio pai, D. Afonso V<sup>17</sup>. De acordo com Jacques Paviot, que publicou o documento em questão, este teria sido produzido depois de Agosto de 1471, ou seja, imediatamente após a conquista de Arzila. No entanto, no final do documento, Jean de Wavrin refere o traslado das ossadas do infante D. Fernando de Fez para o mosteiro da Batalha<sup>18</sup>, acontecimento ocorrido em 1472<sup>19</sup>. Assim sendo, o documento, ou pelo menos a parte final, terá sido produzido entre 1472 e 1474, ano da morte do cronista.

A notícia produzida por Jean de Wavrin é assim a fonte mais próxima dos acontecimentos. Malgrado os ocasionais floreados e exageros, este documento constitui uma peça-chave para qualquer estudo sobre a campanha de Arzila, na medida em que oferece informação única e, nalguns casos, mais fiável que as crónicas portuguesas<sup>20</sup>. Relativamente ao desembarque diante de Arzila, o relato de Wavrin apresenta D. Afonso V a bordo do seu navio a exortar os homens a prosseguir o desembarque, não obstante a fúria do mar que fizera soçobrar várias embarcações e ceifara a vida a cerca de 350 pessoas. Os esforços do rei foram, para o cronista borgonhês, bem-sucedidos, na medida em que, até ao final do primeiro dia, 24 de Agosto, boa parte dos combatentes foram desembarcados<sup>21</sup>.

Rui de Pina, experiente funcionário régio e cronista-mor, dedicou seis capítulos da sua *Chronica d'ElRey D. Affonso V* à campanha de 1471, um dos quais, o capítulo CLXIV, aborda especificamente o desembarque das tropas portuguesas e o início do cerco a Arzila<sup>22</sup>. A crónica em causa terá sido iniciada a pedido de D. João II (1481-1495), monarca de quem foi particularmente próximo. No entanto, só estaria terminada no reinado seguinte, concretamente em data anterior a Março de 1504<sup>23</sup>, pelo que constitui uma fonte que dista cerca de três décadas dos acontecimentos que descreve. Malgrado essa distância, permanece essencial

17 Carta da infanta D. Joana à cidade de Coimbra, 7 de Setembro de 1471, publ. em MH, vol. 15, pp. 21-22.

18 PAVIOT, 1995, p. 520.

19 FONTES, 2000, pp. 138-139.

20 A título de exemplo, mencionem-se as discrepâncias entre o número de baixas portuguesas durante a campanha de 1471. Enquanto Rui de Pina refere apenas c. 200 baixas durante o desembarque, Jean de Wavrin calcula que, ao longo do cerco a Arzila, tenham morrido c. 1700 combatentes portugueses. Cf. DIAS, 2015, pp. 107-108.

21 PAVIOT, 1995, p. 516.

22 A campanha encontra-se detalhada nos capítulos CLXII a CLXVII.

23 SERRÃO, 1989, pp. 55-56.

para o estudo da campanha de 1471. Relativamente ao desembarque, e à semelhança de Jean de Wavrin, Rui de Pina acentua as dificuldades provocadas pelo temporal, e que acabaram por vitimar várias centenas de homens. O rei ocupa, naturalmente, lugar destacado, dando o exemplo ao resto das tropas ao prosseguir com o desembarque, arriscando desse modo a sua vida<sup>24</sup>.

A *Crónica do Príncipe D. João*, da autoria do célebre humanista Damião de Góis, constitui a terceira e última fonte narrativa que cumpre analisar. Publicada em 1567, e conforme o nome indica, foi dedicada à vida do príncipe D. João, futuro D. João II, que participou na campanha de 1471. Por esse motivo, Góis despende 13 capítulos na análise dessa campanha. O capítulo XXIII é especificamente dedicado ao desembarque do rei, do príncipe e das tropas, seguindo na linha do tinha sido escrito por Rui de Pina. Não obstante, Damião de Góis critica o seu antecessor por não ter registado os nomes dos fidalgos que pereceram afogados durante o desembarque<sup>25</sup>.

Relativamente às fontes documentais, dispomos de um documento que, tanto quanto sabemos, é único em contexto português<sup>26</sup>: uma cópia do plano de desembarque em Arzila idealizado por D. Afonso V e remetido ao conde de Faro. O manuscrito em causa, intitulado “Guerras Darzilla” corresponde a uma cópia com letra cuidada da segunda metade do século XVI, e ocupa os fólios 13 a 15 do caderno 12 do Códice 9729 da secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal<sup>27</sup>. Nos restantes fólios do caderno 12 encontram-se várias cópias quinhentistas de documentação referente aos reinados de D. Afonso V (1438-1481) e D. João II

24 CDAV, cap. CLXIV, p. 820.

25 “(...) afogaram mais de duzentos homens, de que oito eram fidalgos, cujos nomes nam achei scriptos, ha qual negligencia he muito pera reprehender nos Chronistas daquelle tempo, porque de nomes de taes pessoas se ha de fazer sempre mençam, por bem e honrra das linhagens, e familias”, CPDJ, cap. XXIII, p. 66.

26 Apenas um outro documento, datável de 1437, pode constituir um termo de comparação. Trata-se do regimento entregue ao infante D. Henrique pelo rei D. Duarte, e que continha importantes disposições e conselhos que aquele infante deveria seguir durante a campanha contra Tânger (cf. CARTUXA, pp. 121-134). Voltaremos a esta questão adiante.

O regimento entregue ao infante D. Henrique pelo rei Duarte em 1437 corresponde ao único documento do género de que temos conhecimento. O regimento em causa continha importantes disposições e conselhos que o infante deveria seguir durante a sua campanha contra Tânger.

27 Cód. 9729, cad. 12, fls. 13-15. O documento encontra-se referenciado na base de dados *PhiloBiblon*, disponível em: <https://bit.ly/3xjCrGG>

(1481-1495), incluindo dois outros documentos referentes a D. Afonso de Bragança, 1º conde de Faro<sup>28</sup>.

O documento em causa não se encontra datado, e desconhece-se o paradeiro do original. Na base de dados *PhiloBiblon* o dia 20 de Agosto de 1471<sup>29</sup>, que corresponde à chegada da armada portuguesa ao largo de Arzila<sup>30</sup>, é apontado como possível data de produção. No entanto, o conteúdo do documento não permite estabelecer esta datação. No início do documento, D. Afonso V indica ao conde de Faro que “esta maneyra tereis nesta jda *que* ora hymos”. Pouco depois, ordena ao mesmo conde que visite a nau régia assim que “*Deus* prazendo chegarmos sob oport<sup>31</sup>”. Como se percebe, ambas as indicações apontam no sentido de as ordens terem sido escritas antes da armada ancorar ao largo de Arzila a 20 de Agosto. Tendo em conta que a organização de expedições militares dependia, frequentemente, de um longo período de planeamento<sup>32</sup>, é provável que as ordens do rei correspondessem a um plano previamente elaborado e discutido com os membros do conselho régio e os principais comandantes da expedição. Assim, ainda que seja possível que as ordens tenham sido passadas a escrito pouco tempo antes da partida da armada em Agosto de 1471, o seu conteúdo seria já do conhecimento do conde de Faro e dos restantes comandantes. Esta situação não seria uma novidade, na medida em que 1437, pouco antes da partida da armada rumo a Tânger, D. Duarte passou a escrito as ordens e conselhos que previamente transmitira ao irmão, o infante D. Henrique<sup>33</sup>.

Nenhum estudo sobre a conquista de Arzila estaria completo sem uma abordagem, ainda que breve, às célebres Tapeçarias de Pastrana. Produzidas na oficina de Pasquier Grenier em Tournai, na Flandres, em finais do século XV, o conjunto de quatro tapeçarias apresenta os vários momentos da campanha de 1471: o desembarque nas imediações de Arzila, o cerco e a conquista daquela cidade e a posterior ocupação de

28 Antes de integrar a coleção da Biblioteca Nacional, o códice em causa pertenceu a monsenhor Alfredo Elviro dos Santos (1855-1936), não se sabendo mais, de momento, sobre a sua história custodial.

29 Cf. nota 27 do presente artigo.

30 Cf. CDAV, cap. CLXIII, P. 820.

31 Cód. 9729, cad. 12, fl. 13.

32 A armada que rumou a Ceuta em 1415 foi planeada ao longo de vários anos (cf. DUARTE, 2015, pp. 55). Como veremos mais adiante, a expedição de 1471 foi planeada, pelo menos, ao longo de seis meses.

33 Cf. CARTUXA, p. 121.



Tânger<sup>34</sup>. A primeira tapeçaria do conjunto, intitulada “O desembarque em Arzila”, será particularmente importante para a nossa abordagem ao curso dos acontecimentos ali representados, e referidos nas fontes narrativas e documentais. Terminada esta breve análise das várias fontes que nos informam sobre o processo de desembarque em Arzila em finais de Agosto de 1471, passemos agora ao estudo da campanha em si.

### 3. Preparativos e início da campanha

Nos primeiros meses de 1471, D. Afonso V reuniu em Lisboa o conselho régio para começar a planear uma nova expedição contra Tânger<sup>35</sup>. No entanto, a maioria dos conselheiros mostrou-se avessa ao plano do rei, pelo que tentaram demovê-lo do seu intento. Para tal, alegaram não só que Tânger era uma cidade demasiado grande e bem fortificada, pelo que não seria possível cercá-la por completo, mas também que, fruto das custosas campanhas anteriores, não havia dinheiro suficiente para financiar uma expedição que dispusesse de um número suficiente de combatentes para a conquistar<sup>36</sup>. Os argumentos dos conselheiros régios, conforme apresentados pelos cronistas Rui de Pina e Damião de Góis, não são inteiramente factuais.

Tânger era, efectivamente, uma cidade imponente e bem fortificada<sup>37</sup>, e que, por isso mesmo, só poderia ser tomada por uma hoste de dimensão considerável. Para a campanha de 1437, o rei D. Duarte considerava que 14 000 homens seriam suficientes, embora na realidade tenham sido reunidos apenas 6000, menos de metade do desejado<sup>38</sup>. Para a campanha de 1463-1464, foram recrutados cerca de 2000 cavaleiros e um número incerto de peões, portanto um número relativamente reduzido de combatentes<sup>39</sup>. Em 1471, a Coroa foi capaz de reunir a maior

34 O conjunto das tapeçarias encontra-se actualmente à guarda do Museo Parroquial de Tapices de Pastrana, na vila do mesmo nome, em Espanha. Para um estudo recente sobre estas tapeçarias, cf. ARAÚJO, 2012.

35 A cronologia oferecida por Rui de Pina e Damião de Góis é pouco clara a este respeito, pelo que não sabemos ao certo quando terá reunido o conselho régio, cf. CDAV, cap. CLXII, p. 818; CPDJ, cap. XVIII, p. 56. No entanto, essa reunião terá ocorrido antes de 4 de Fevereiro de 1471, data da emissão do primeiro documento relativo ao fretamento de navios, o que indica que estava já em curso a organização logística da expedição que viria a zarpar em Agosto, cf. DP, vol. III, doc. 63, pp. 88-89.

36 CDAV, cap. CLXII, p. 818; CPDJ, cap. XVIII, p. 56.

37 Sobre Tânger antes da ocupação portuguesa, cf. CORREIA, 2008, pp. 203-211.

38 DUARTE, 2003, p. 419.

39 CDAV, cap. CXLVII, p. 795; DUARTE, 2003, p. 427.

hoste até então recrutada em Portugal: entre 23 000 e 30 000 combatentes<sup>40</sup>. Ao contrário do defendido pelos conselheiros, não faltariam, pois, combatentes para um eventual assédio a Tânger.

Por outro lado, também não faltou dinheiro para organizar a campanha de 1471, que ao todo terá custado ao erário régio entre 112 000 e 135 000 dobras<sup>41</sup>. Valores consideráveis, sobretudo quando comprados com os custos das expedições de 1437 e 1463-1464, que ascenderam, respectivamente, a 57 000 e 35 000 dobras<sup>42</sup>. Assim sendo, não faltando nem homens nem financiamento, em 1471 terá antes faltado motivação. A recusa dos conselheiros em atacar Tânger terá sido causada não só pela imponentia das defesas daquela cidade, mas também pelas más memórias que lhe estavam associadas. Em 1437, a derrota sofrida resultara na perda de cerca de 500 homens, de entre os quais oito fidalgos, e no cativeiro do infante D. Fernando, que acabaria por morrer no cárcere, em Fez, em 1443<sup>43</sup>. Na campanha de 1463-1464, o resultado foi igualmente penoso. No último assalto a Tânger, terão morrido 200 portugueses, entre os quais se contavam fidalgos tão importantes como o conde de Marialva, D. Gonçalo Coutinho. Entre os prisioneiros, num total de 100, contavam-se figuras igualmente relevantes, como o marechal, D. Fernando Coutinho, ou ainda Diogo da Silva, futuro conde de Portalegre. Além das mortes sofridas, também os elevados resgates pagos contribuíram para ensombrar o desfecho da campanha<sup>44</sup>. Entre os membros do conselho régio em 1470, pelo menos um, D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, era veterano de ambas as campanhas contra Tânger<sup>45</sup>, tendo chegado a perder um filho, D. Jorge de Castro, na segunda<sup>46</sup>. Assim sendo, malgrado a vontade do rei, compreende-se a relutância de boa parte dos conselheiros em embarcar numa nova campanha contra Tânger.

Como alternativa, e sem perder de vista a possibilidade de um futuro assédio a Tânger, o conselho régio sugeriu um ataque a Arzila, um alvo comparativamente mais fácil de tomar<sup>47</sup>. Situada aproximadamente

---

40 DIAS, 2015, pp. 13-18.

41 DIAS, 2015, p. 61.

42 FARO, 1965, p. 68 e 70.

43 DUARTE, 2003, pp. 417-423.

44 CDAV, cap. CLIII, p. 808.

45 MORENO, 1979-1980, vol. 2, pp. 758-763. DIAS, 2015, pp. 8-10.

46 CDAV, cap. CLIII, p. 808.

47 CDAV, cap. CLXII, p. 818.

40km a sudoeste de Tânger, Arzila teria uma população de entre 5000 e 7000 habitantes. Protegida por muralhas de taipa e com torreões a intervalos regulares, a cidade dispunha de uma alcáçova fortificada e de um porto que, embora de acesso perigoso, mantinha alguma importância comercial, o que a tornava um alvo apetecível em termos económicos<sup>48</sup>. Desde pelo menos 1432 que Arzila figurava entre os possíveis alvos para uma expedição portuguesa. Em 1464, confrontado com o fracasso de três assaltos a Tânger, D. Afonso V ponderou tomar Arzila. Porém, o rei e os seus homens não conseguiram aproximar-se da cidade por não poderem ultrapassar um rio cujo caudal tinha aumentado substancialmente devido a uma forte e inesperada tempestade<sup>49</sup>.

Sete anos mais tarde, em 1471, o rei decidiu enviar à cidade dois espiões para que obtivessem informações que facilitassem a preparação do ataque. A missão recaiu sobre Vicente Simões, descrito como “homem nas cousas do mar bem esperto”, e Pêro da Alcáçova, escrivão da Fazenda e homem da confiança pessoal do rei. Disfarçados de mercadores, percorreram a cidade de modo a analisar as suas defesas e as condições do porto, de modo a perceber se seria possível ali desembarcar uma hoste<sup>50</sup>. A missão foi cumprida com sucesso, na medida e quem D. Afonso V, quando gizou o plano de desembarque da hoste na praia de Arzila, teve em consideração as possíveis dificuldades causadas pelo Recife ali existente e que aqueles espiões terão assinalado<sup>51</sup>.

Em termos práticos, os preparativos logísticos datam dos primeiros meses de 1471. A 4 de Fevereiro, João Eanes, vintaneiro<sup>52</sup>, mestre e piloto residente no Porto, foi mandatado com poderes para fretar navios de transporte na Galiza e Biscaia<sup>53</sup>. Dois dias mais tarde, nova carta régia procurava aliciar navios biscainhos a dirigirem-se aos portos portugueses<sup>54</sup>. Ao longo dos meses seguintes, foram-se congregando em Lisboa, no Porto e em Lagos centenas de embarcações de vários géneros e di-

48 CORREIA, 2008, pp. 173-181. Sobre a riqueza económica da região em torno de Arzila, cf. GODINHO, 1947, pp. 58-66.

49 DIAS, 2015, p. 10. CDAV, cap. CLXV, p. 810.

50 CDAV, cap. CLXII, p. 818.

51 Cód. 9729, cad. 12, fls. 13-15. Veja-se ainda a Figura 1, nos Anexos.

52 O vintaneiro era um oficial ligado às chamadas vintenhas do mar, uma forma de recrutamento de tripulações para as embarcações sob alçada do Almirante. Cf. VIANA, 2018, p. 25.

53 DP, vol. III, doc. 63, pp. 88-89.

54 DP, vol. III, doc. 64, pp. 89-90.

mensões. Ao todo, terão sido reunidas entre 388 e 477 velas com o objetivo de transportar um grande número de tropas até Arzila<sup>55</sup>.

Entretanto, os vários contingentes da hoste régia foram sendo convocados para participar na armada. O núcleo duro da hoste era constituído pelos séquitos do rei e do príncipe herdeiro, D. João. A estes, juntaram-se as mesnadas dos grandes senhores laicos, como o duque de Guimarães ou os condes de Vila Real, Faro, Marialva e Monsanto, e dos prelados mais importantes, entre os quais os arcebispos de Lisboa e Braga, bem como os bispos de Coimbra, Porto e Guarda. As milícias dos aquantiados, dos besteiros do conto e de cavalo, assim como os espingardeiros também tomaram parte na campanha. À armada juntaram-se ainda alguns cavaleiros das Ordens Militares com os respectivos séquitos, assim como um importante contingente de pelo menos pelo menos 1162 homiziados, que utilizaram a participação na armada para obter o perdão dos seus crimes. Em 1471, os combatentes que integraram a hoste e a armada eram oriundos de todas as comarcas do reino, e mesmo da ilha da Madeira, Ceuta e Alcácer Ceguer. Também alguns estrangeiros, sobretudo Ingleses, acabaram por se juntar à armada. Ao todo, terão sido reunidos entre 23 000 e 30 000 combatentes naquela que foi, nunca é demais sublinhar, a maior hoste mobilizada em Portugal nos finais da Idade Média<sup>56</sup>.

Outras questões logísticas, vitais ao sucesso de qualquer campanha, foram igualmente contempladas pela Coroa. A alimentação das tropas foi acautelada com a compra de grandes quantidades de biscoito, carne e pescado. Os fornos de biscoito de Lisboa terão desempenhado um papel particularmente importante, já que em 1472 os oficiais que lá trabalhavam foram contemplados com importantes privilégios por serviços prestados à Coroa<sup>57</sup>. Em preparação da armada, a Coroa terá também procedido à compra e armazenamento de armamento defensivo e ofensivo, assim como de peças de artilharia pirobalística, elementos representados com grande clareza nas Tapeçarias de Pastrana. Em termos financeiros, a campanha terá custado à Coroa entre 112 000 e 135 000

---

55 DIAS, 2015, pp. 72-75.

56 Sobre o recrutamento dos diferentes contingentes e a sua participação na campanha, cf. DIAS, 2015, pp.12-59. Sobre o papel desempenhado pelos espingardeiros na campanha, cf. SEBASTIÃO, 2018.

57 Sobre estes preparativos, cf. DIAS, 2015, pp. 75-78.

dobras<sup>58</sup>, valores bastante elevados, como já tivemos oportunidade de referir. Uma bula de cruzada emitida pelo Papa Paulo II, à qual estavam sempre associados benefícios financeiros, terá ajudado a financiar a campanha<sup>59</sup>. Como se percebe, a campanha de Arzila foi, a vários níveis, minuciosamente planeada.

Em inícios de Agosto de 1471, a frota armada no Porto e comandada pelo duque de Guimarães juntou-se em Lisboa à frota comandada pelo próprio rei. Entretanto, o governo do reino fora entregue à filha do monarca, a infanta D. Joana, e ao duque de Bragança, que o rei dispensara de servir na campanha dada a sua avançada idade. A ausência de ventos favoráveis acabou por atrasar a partida da armada, que só veio a ocorrer a 15 e 16 de Agosto. A armada rumou então a Lagos, o último ponto de reunião antes da travessia do chamado Mar das Éguas, onde se juntou à frota reunida no Algarve, e que contava com algumas embarcações oriundas de Alcácer Ceguer. Acabou por ser em Lagos que o rei revelou ao grosso da hoste o destino da armada: Arzila<sup>60</sup>.

A travessia do Mar das Éguas parece ter sido relativamente calma, ao contrário do sucedido noutras ocasiões: em 1415, o nevoeiro e as fortes correntes contribuíram para a desorganização geral da armada que se dirigia a Ceuta, atrasando o seu avanço durante vários dias<sup>61</sup>; quatro décadas mais tarde, em 1458, foram os ventos que dispersaram parte da armada que rumava a Alcácer Ceguer, chegando inclusive a empurrar alguns navios até às proximidades de Tânger; em 1463, a travessia foi ainda mais perigosa, realizada durante uma tempestade, e resultou no afundamento de alguns navios e na conseqüente morte de vários tripulantes<sup>62</sup>. Ao final do dia 20 de Agosto de 1471, sem sobressaltos de maior, a armada ancorou enfim ao largo de Arzila<sup>63</sup>. O conselho régio foi prontamente reunido para decidir quando e como avançar com o desembarque das tropas e o subsequente cerco à cidade<sup>64</sup>.

58 Cf. DIAS, 2015, p. 61.

59 Cf. DIAS, 2015, p.78.

60 Cf. DIAS, 2015, pp. 80-83.

61 DUARTE, 2015, pp. 99-100; BRAGA, 2015, pp. 36-37.

62 CDAV, cap. CXXXVIII, p. 776 e cap. CXLVIII, pp. 797-798.

63 CPDJ, cap. XXI, p. 63 e cap. XXIII, p. 65; CDAV, caps. CLXIII e CLXIV, p. 820.

64 CPDJ, cap. XXI, p. 63 e cap. XXIII, p. 65; CDAV, caps. CLXIII e CLXIV, p. 820.

## 4. O plano de desembarque: teoria e prática

Com a armada ancorada ao largo de Arzila, rei e conselho reuniram para discutir quando e como seria feito o desembarque dos combatentes. O plano que temos vindo a referir, e que provavelmente foi elaborado alguns meses antes da partida da armada, terá sido debatido durante essa reunião. Assim sendo, importa agora analisar detalhadamente esse documento, de modo a perceber como foi planeado o desembarque português na praia de Arzila.

O rei começa por informar o conde de Faro, D. Afonso de Bragança, de que o documento em causa contém as ordens que deve seguir na campanha em curso, concretamente na organização da batalha sob o seu comando. Assim que a armada ancorar diante de Arzila, o conde deve embarcar num batel e dirigir-se à nau do rei, para aí poderem discutir a melhor forma de desembarcar a hoste. No entanto, antes de partir, D. Afonso deve garantir que todos os combatentes embarcados na sua nau, bem como nos restantes navios que integram a sua batalha, se encontram armados e preparados para desembarcar, caso o rei, após reunir com o conselho régio, decida fazê-lo sem mais demoras. Se assim for, o conde deve prontamente regressar à sua nau, a partir da qual deve embarcar toda a gente sob o seu comando em batéis e barcas. Posteriormente, deve liderar os seus homens até às proximidades da nau do rei, para aí se juntarem às restantes tropas de modo a prosseguirem em conjunto a aproximação a terra<sup>65</sup>.

Na aproximação a terra, as tropas embarcadas, que se encontram divididas em cinco contingentes, as batalhas, devem adoptar uma formação em az. Ao centro seguirá a batalha comandada pessoalmente pelo rei; à sua esquerda, na direcção do cabo Espartel, seguirão, respectivamente, as batalhas de D. João, futuro marquês de Montemor, e de D. Fernando, duque de Guimarães; à direita do rei, na direcção de Arzila, deverão seguir, respectivamente, as batalhas de D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, e de D. Afonso, conde de Faro. A formação deve ser mantida, sem se permitir que qualquer batel, barca ou caravela se adiante aos restantes. As bandeiras devem ser desfraldadas nesta altura, primeiro a do rei e só depois as dos restantes capitães<sup>66</sup>.

65 Cód. 9729, cad. 12, fl. 13. Veja-se a Figura 4, nos Anexos.

66 Cód. 9729, cad. 12, fl. 13.

Em seguida, o rei informa o conde de Faro sobre o modo como a formação em az se deve movimentar para tentar ultrapassar o recife que guarda a entrada no porto de Arzila. De acordo com o plano, cada batalha deve entrar pela “boca do arraçife<sup>67</sup>”, começando com o contingente do duque de Guimarães, apelidado de vanguarda, e que deve mover-se o mais possível para a esquerda, ou seja, na direcção do cabo Espartel. O mesmo deverão fazer, respectivamente, as batalhas de D. João e do rei, após as quais deve entrar a batalha do conde de Faro, movendo-se então para a posição mais à direita, na direcção de Arzila. O último contingente a entrar será o do conde de Vila Real, que se deverá colocar entre as batalhas do rei e do conde de Faro. Uma vez ultrapassado o recife, as várias batalhas devem, uma vez mais, organizar-se em az para prosseguir a aproximação a terra. Na eventualidade de haver inimigos na praia, os batéis, as barcas e as caravelas devem utilizar a artilharia embarcada, os “tyros e serpentinas”, para afastar os defensores dos locais de desembarque. Espingardeiros e besteiros devem, dentro do possível, poupar as suas munições, devendo disparar apenas depois de os primeiros batéis terem atingido terra<sup>68</sup>.

Caso não seja possível ultrapassar o recife, será necessário desembarcar mais a norte, numa zona de costa mais agreste<sup>69</sup> e, portanto, mais difícil de aceder. Nesse caso, a formação em az deve ser substituída por uma outra em coluna perpendicular ao sentido da costa. A batalha do conde de Faro deve surgir na vanguarda, seguida pelos contingentes do Conde de Vila Real, do rei, de D. João de Bragança e do duque de Guimarães<sup>70</sup>. Apesar das dificuldades apresentadas pelo recife, que constituía um sério perigo à navegação<sup>71</sup>, as praias situadas imediatamente à frente deste, e, portanto, também mais próximas de Arzila, eram consideradas mais favoráveis ao desembarque do que outras áreas da costa<sup>72</sup>.

67 Como se pode ver na Figura 1 presente nos Anexos, existiam pelo menos duas entradas no recife de Arzila. Assim sendo, não sabemos ao certo a que entrada o rei se referia enquanto “boca do arraçife”.

68 Cód. 9729, cad. 12, fl. 13v.

69 Ainda que o recife representasse um obstáculo considerável, a zona de praia situada

70 Cód. 9729, cad. 12, fl. 14v. Veja-se a Figura 5, nos Anexos.

71 No início do século XVI, Duarte Pacheco Pereira defendia que nenhum navio devia tentar entrar no porto de Arzila sem assistência de um piloto local. Cf. PEREIRA, 1988, pp. 55-56.

72 Cód. 9729, cad. 12, fl. 14v. Também no *Códice Valentim Fernandes* as praias em torno de Arzila são referidas como “costa braua do mar”, cf. CVF, 1997, p. 5.



Voltando ao documento em questão, assim que cada batalha desembarcar, deverá dirigir-se ao local designado para o seu alojamento e aí permanecer até à montagem do arraial. Assim que estas tropas tiverem alcançado as suas posições, os batéis devem regressar aos navios para recolher os serviços e os paveses necessários ao estabelecimento do acampamento e as respectivas defesas. Os batéis devem, se possível, ultrapassar o recife para proceder à descarga dos materiais e serviços<sup>73</sup>.

Independentemente do local do desembarque, se dentro ou fora do recife, assim que os primeiros combatentes forem desembarcados, deve dar-se início à montagem do palanque, que servirá de protecção ao arraial, seguindo o regimento a cargo de Afonso Furtado de Mendonça<sup>74</sup>. À medida que o acampamento for sendo instalado, as várias batalhas devem ir-se recolhendo aos respectivos locais de alojamento. No sentido Norte-Sul, ou seja, no sentido do cabo Espartel a Larache, a organização do arraial deveria ser a seguinte: o contingente do conde de Faro, instalado junto à ribeira, seguido, respectivamente, pelas batalhas do conde de Vila Real, do rei, de D. João de Bragança e, por fim, do duque de Guimarães, ligando este último directamente ao mar<sup>75</sup>. Desse modo, Arzila ficaria completamente cercada, com cada ponta do arraial português a tocar no mar<sup>76</sup>.

Caso não seja possível, no primeiro dia do desembarque, terminar a montagem do palanque, as tropas devem recolher-se para pernoitar protegidas pela secção que já tiver sido terminada. Se a noite for de luar, a montagem do palanque poderá prosseguir, caso contrário, recomeçará apenas na manhã seguinte. Até o palanque estar terminado, o arraial deve ser protegido com um muro de paveses, “hum cerco de pauees”, que se estenda desde o interior até às proximidades da cidade. Cada secção desse muro temporário deverá ser fortalecida e defendida pelo contingente que estiver alojado nas proximidades. Como é desejável que a pavesada seja erguida o mais rapidamente possível, o responsável pela obra, Afonso Furtado, deve aguardar até à sua conclusão antes de proceder à escavação de um fosso que confira maior protecção ao ar-

73 Cód. 9729, cad. 12, fl. 14v.

74 “em tera o palanque se começaraa a fazer na maneyra que he conteudo no regimento de afonso furtado que delo tem carrego como vos jssso mesmo sabeys”, Cód. 9729, cad. 12, fl. 13v.

75 Cód. 9729, cad. 12, fls. 13v-14.

76 “ficara a villa toda acabada de çercar de mar a mar”, Cód. 9729, cad. 12, fls. 14.



raial. Além de tudo isto, o conde de Faro não deve permitir que os seus homens retirem tendas dos navios sem antes terem desembarcado todos os combatentes e mantimentos. E caso as tendas sejam desembarcadas de qualquer das maneiras, não devem ser armadas sem permissão do rei ou do seu condestável<sup>77</sup>. O rei relembra ainda ao conde que não deve permitir que os homens sob o seu comando quebrem a formação, saindo da az ou batalha para escaramuçar com o inimigo ou para obter qualquer outro tipo de vantagem sobre os seus companheiros<sup>78</sup>.

Como se percebe, estamos não só perante um plano particularmente complexo, mas também uma fonte muito rica. Passemos, então, à sua análise, tentando perceber até que ponto o plano desenvolvido pelo rei poderá ter sido seguido no terreno. De acordo com o estipulado por D. Afonso V, e de modo a facilitar o desembarque na praia de Arzila, a armada foi dividida em cinco batalhas, cada uma das quais dispunha de um capitão próprio<sup>79</sup>. A divisão da armada em contingentes mais pequenos, embora de tamanho indeterminado, faz todo o sentido, na medida em que era impossível um só comandante, neste caso D. Afonso V, controlar as movimentações de centenas de navios e dezenas de milhar de homens. Por outro lado, durante o período em que a Coroa foi organizando os fretamentos dos navios, a armada encontrava-se dividida em pelo menos três frotas distintas, reunidas em Lisboa, no Porto e em Lagos, pelo que não seria estranho que pela mesma altura se tenha procurado dividir a hoste em cinco batalhas de modo a facilitar o desembarque.

Naturalmente que D. Afonso V, enquanto líder da campanha, comandou ele próprio um dos cinco contingentes, concretamente a batalha central. A atribuição de capitánias a D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real e capitão de Ceuta, e a D. Fernando, duque de Guimarães, não constitui surpresa. Eram ambos importantes senhores laicos, os mais poderosos a participar na campanha de 1471, e tinham considerável experiência em campanhas norte-africanas. A entrega de capitánias a D. Afonso, conde de Faro, e D. João, futuro marquês de Montemor, surge como mais surpreendente, tendo em conta que nenhum dos dois tinha particular experiência militar. No entanto, eram, tal como o duque de Guimarães, filhos de D. Fernando, duque de Bragança, a quem D. Afon-

---

77 Cód. 9729, cad. 12, fl. 14.

78 Cód. 9729, cad. 12, fl. 15.

79 Cód. 9729, cad. 12, fl. 13.

so confiou o governo do reino durante a sua ausência<sup>80</sup>. O seu estatuto terá valido a entrega das respectivas capitânias, que viriam a exercer ao longo da campanha. O cronista Jean de Wavrin dá-nos conta do papel desempenhado pelo conde de Faro numa primeira tentativa de negociação da rendição de Arzila<sup>81</sup>. Por seu turno, D. João viria a liderar o contingente que entraria em Tânger em Setembro de 1471, pouco tempo depois de a cidade ter sido abandonada pelos seus habitantes<sup>82</sup>.

Assiste-se, pois, a um predomínio dos Bragança no exercício das capitânias, o que levanta algumas questões. Por que razão não foi confiada uma capitania ao marechal D. Fernando Coutinho? Apesar de deter o segundo cargo mais elevado na hierarquia militar do reino<sup>83</sup>, e de ser um veterano das campanhas norte-africanas, D. Fernando Coutinho não parece ter desempenhado um papel de relevo na campanha de 1471<sup>84</sup>. Por outro lado, D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, e D. João Coutinho, conde de Marialva, a quem, de acordo com Damião de Góis, coube um papel de liderança durante o desembarque<sup>85</sup>, não são mencionados no plano régio. Essa falta de menção indica que não estariam na primeira linha dos comandantes subordinados ao rei, e por isso mesmo integrariam uma batalha liderada por outro fidalgo. É provável que o seu papel na campanha tenha sido empolado pelos cronistas. Ambos os condes faleceram durante o assalto a Arzila, e a pena de Rui de Pina converteu-os em autênticos mártires cujo sacrifício importava lembrar e, acima de tudo, louvar<sup>86</sup>.

Como vimos, de acordo com o plano régio, durante a aproximação à praia, os contingentes deveriam manter a formação em az, mantendo, dentro do possível, os batéis, barcas e caravelas alinhados, para poderem alcançar a praia quase em simultâneo. Em primeiro lugar, notemos que D. Afonso V aplica terminologia oriunda da guerra terrestre – batalha e az – à guerra anfíbia, o que revela que, aparentemente, o rei procurava

80 DIAS, 2015, pp. 22-26.

81 PAVIOT, 1995, p. 517.

82 CDAV, cap. CLXVII, pp. 824-825.

83 A seguir ao condestável, cargo que em 1471 pertencia a uma criança, D. João, duque de Viseu-Beja, e que por isso não participou na campanha. Cf. DIAS, 2015, p. 20.

84 O marechal participou na campanha de 1463-1464 contra Tânger, acabando por ser aprisionado durante o último assalto à cidade. Cf. CDAV, cap. CLIII, p. 808. Sobre a sua participação na conquista de Arzila, cf. DIAS, 2015, pp. 28-29.

85 CPDJ, cap. XXIII, pp. 65-66.

86 CDAV, cap. CLXV, pp. 821-823.

transpor da terra para o mar as formas de pensar e organizar a guerra, o que não era de todo praticável, já que ventos e marés condicionavam por completo toda e qualquer tentativa de movimentação no mar. A este respeito, citamos uma frase particularmente elucidativa incluída no regimento do Almirante, e que possivelmente data do reinado de D. João I (1385-1433): “(...) os do mar cujo hjr ou estar nõ he em sseu poder ou . querer como aquelles que teem por caualgauras . os naujos que ssom de madeira e os ventos por ffreos os quaees nõ podem mandar nem teer cada vez que quizerem posto que sseJam em prigoio de morte (...)”<sup>87</sup>”.

A 21 de Agosto de 1471, data do início do desembarque português nas praias em torno de Arzila, as condições meteorológicas não foram de todo ideais. A forte ondulação e o recife acabaram por conduzir ao afundamento de várias embarcações e ao conseqüente afogamento de cerca de duas dezenas de homens. Este momento foi considerado importante o suficiente para ser representado nas Tapeçarias de Pastrana. Na tapeçaria referente ao desembarque, são visíveis várias figuras no mar, algumas agarradas a destroços, outras a serem socorridas por companheiros em terra<sup>88</sup>. Assim sendo, tendo em conta as particulares dificuldades em desembarcar nas proximidades de Arzila, é muito pouco provável que a formação em az, desejada pelo rei, ou qualquer outra formação mais ou menos complexa tenha sido aplicada com sucesso.

Relativamente ao inimigo, como vimos, D. Afonso V procurou preparar as tropas para a possibilidade de o desembarque ser contrariado pela guarnição de Arzila. Se assim fosse, o rei esperava que a artilharia embarcada fosse utilizada para bombardear o inimigo. Besteiros e espingardeiros apenas deveriam disparar quando se encontrassem próximos do inimigo, de modo a poupar munições. D. Afonso V estava, evidentemente, a ser cauteloso no uso dos recursos, já que o desembarque era apenas o primeiro passo de uma campanha que, para ser bem-sucedida, teria necessariamente de passar pelo cerco a Arzila, uma operação cuja duração era impossível de prever. As precauções do rei, porém, não terão sido necessárias, já que o inimigo não terá tentado impedir o desembarque das tropas portuguesas. De entre os cronistas, apenas Bernardo Rodrigues refere a presença de tropas da guarnição de Arzila na praia<sup>89</sup>, o que se afigura inverosímil. Por um lado, porque a

87 DP, vol. III, doc. 71, p. 97.

88 Figura 2, nos Anexos.

89 RODRIGUES, 1915-1919, t. I, Apêndice I, p. 98.

guarnição se encontrava bastante enfraquecida, fruto do cerco que, por essa mesma altura, o senhor da cidade movia contra Fez, procurando tornar-se sultão<sup>90</sup>; por outro, porque, a ter existido resistência ao desembarque, certamente esse momento seria representado nas Tapeçarias de Pastrana, obra que, como se sabe, foi criada para glorificar o sucesso militar de D. Afonso V<sup>91</sup>.

Por fim, refiram-se as disposições do rei sobre a montagem do arraial. É impossível saber ao certo se, após o desembarque, foi montado um muro de paveses como defesa temporária antes da instalação do palanque. É uma hipótese interessante, e que revela a versatilidade de utilização daquele género de escudo<sup>92</sup>. Sabemos, sim, que a forte ondulação atrasou o desembarque das peças do palanque, que só tardiamente terá sido montado<sup>93</sup>, embora surja plenamente representado nas Tapeçarias de Pastrana<sup>94</sup>. Outro elemento particularmente interessante diz respeito ao regimento referente à montagem do arraial entregue a Afonso Furtaido. Seria semelhante às indicações que surgem no Regimento da Guerra que faz parte das Ordenações Afonsinas<sup>95</sup>? Tanto quanto sabemos, aquele regimento não chegou até nós, pelo que esta questão ficará, necessariamente, sem resposta.

## Conclusão

D. Afonso V e o conselho régio planearam minuciosamente todos os detalhes relacionados com a campanha de 1471. Em termos logísticos, foram armazenadas toneladas de alimentos, comprado armamento e artilharia. Procedeu-se ao fretamento de centenas de navios para transportar a maior hoste alguma vez recrutada em Portugal: entre 23 000 e 30 000 homens. Tânger foi escolhida como alvo a atacar e, embora havendo meios suficientes para o fazer, faltou vontade. Os desastres de 1437 e 1463-1464 pesavam ainda demasiado na memória daqueles que neles participaram. Assim, Arzila surgiu como alvo secundário, tido por mais fácil de atacar. Os espões enviados à cidade pelo rei contribuíram para o planeamento do ataque, informando o monarca sobre

90 Cf. DIAS, 2015, pp. 7-8.

91 Sobre as Tapeçarias de Pastrana, cf. ARAÚJO, 2012.

92 Sobre esta peça de armamento, cf. AGOSTINHO, 2012, 42-45.

93 CDAV, cap. CLXIV, p. 821.

94 Figura 3, nos Anexos.

95 *Ordenações Afonsinas*, Livro 1, Título LI, pp. 290-291.

as defesas da cidade e o recife que dificultava a entrada no seu porto. A informação então obtida permitiu ao rei e ao seu conselho a criação de um ambicioso plano de desembarque que procurava arranjar solução para as possíveis contrariedades, desde a previsível actuação do inimigo, até às possíveis dificuldades de navegação provocadas pelo recorte da costa e pelo recife. Mas mesmo os melhores planos não são infalíveis, e as condições no terreno rapidamente tornaram impossível a total aplicação das ordens régias. Alguns elementos, como a formação em az idealizada pelo rei, dificilmente seriam aplicados mesmo nas melhores condições. E em Agosto de 1471, as condições de desembarque foram tudo menos propícias, com os elementos a revelarem ser mais perigosos que a acção inimiga, dificultando o desembarque que fora tão minuciosamente planeado.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes inéditas

Biblioteca Nacional de Portugal  
Secção de Reservados, Códice 9729

### Fontes publicadas

AFRICANO, Juan León, *Descripción General del África y de las cosas peregrinas que allí hay*, tradução, introdução, notas e índices de Serafín Fanjul e Nadia Consolani, Barcelona / Madrid, Lunwerg / Fundación El Legado Andalusi / Sierra Nevada '95, 1995.

*Códice Valentim Fernandes*, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997.

*Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, ed. João Martins da Silva Marques, 5 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.

*Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, transcrição de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982.

*Monumenta Henricina*, ed. de António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 15 vols., 1960-1974.

- Ordenações Afonsinas*, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, introdução e notas de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988.
- PINA, Rui de, “Chronica do Senhor D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 587-881.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila: Crónica inédita do século XVI*, dir. David Lopes, 2 tomos, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919.

## Bibliografia

- ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.
- ATTAR, Mohamed El, *Os Portugueses na região meridional de Marrocos 1505-1541*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.
- BOUCHARB, Ahmed, “La conquête portugaise du litoral marocain d’après les sources marocaines”, *Estudos de História Luso-Marroquina*, coord. Maria Augusta Lima Cruz e Rui Manuel Loureiro, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 51-58.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumon, e BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.
- BRAGA, Paulo Drumond, “A expansão no Norte de África”, *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 237-337.
- BRAGA, Paulo Drumond, *Uma Lança em África: História da Conquista de Ceuta*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.
- CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008.
- COSME, João, *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.

- DUARTE, Luís Miguel, “África”, *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003, pp. 392-441.
- DUARTE, Luís Miguel, *Ceuta, 1415*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015.
- DURÃO, Maria Manuela da Silva, *1471 – Um ano “Africano” no Desembargo de D. Afonso V*, dissertação de mestrado em História Medieval, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.
- FARINHA, António Dias, “Norte de África”, *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, *A Formação do Império (1415-1570)*, dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Estella, Círculo de Leitores, 1998, pp. 118-136.
- FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1965.
- FONTES, João Luís Inglês, *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, “A Chancellaria de D. Afonso V”, *Archivo Historico Portuguez*, vols. II-V, 1904-1905.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Terra-Editora, 1947.
- LOPES, David, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989.
- MANSOURI, Othmane, “A Tomada de Ceuta e as suas consequências na história de Marrocos”, *A conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras / XVII Encontro Torres Veteras: Ceuta e a Expansão Portuguesa*, coord. Carlos Guardado da Silva, Torres Vedras, Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal de Torres Vedras, 2014, pp. 123-128.
- MONTEIRO, João Gouveia, e COSTA, António Martins, *1415, A Conquista de Ceuta*, Lisboa, Manuscrito, 2015.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979-1980.
- NADIR, Mohammed, “O Sus e Santa Cruz do Cabo de Iguir (Agadir)”, *Santa Cruz do Cabo de Gue d’Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, ed. João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva e Mohammed Nadir, Viseu, Palimage, 2007, pp. 95-151.



- NEWITT, Malyn, “Portuguese amphibious warfare in the East in the sixteenth century (1500-1520)”, *Amphibious Warfare 1000-1700*, ed. D.J.B. Trim e Mark Charles Fissel, Leiden/Boston, Brill, 2011, pp. 103-121.
- PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XV<sup>e</sup> siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes (1384-1482)*, Lisboa / Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission National pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.
- PEDROSA, Fernando Gomes, “A Guerra no Mar”, *História da Marinha Portuguesa. Navios, Marinheiros e Arte de Navegar, 1139-1499*, coord. de Fernando Gomes Pedrosa, Lisboa, Academia de Marinha, 1997, pp. 323-375.
- PESSANHA, Fernando, “A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 19, 2018, pp. 97-123.
- PESSANHA, Fernando, *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém Mar*, dissertação de mestrado em História, Faro, Universidade do Algarve, 2012.
- PINTO, Vítor Manuel da Silva Viana, *De Olhar atento e Ouvidos à escuta... A espionagem militar na cronística portuguesa de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*, dissertação de mestrado em História Militar, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “A Guerra na Índia”, *Nova História Militar*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. II, coord. António Manuel Espanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 198-223
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “The 16th century (1495-1600). Naval War”, *War in the Iberian Peninsula, 700-1600*, ed. Francisco García Fitz e João Gouveia Monteiro, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2018, pp. 256-266.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “The Portuguese Art of War in Northern Morocco during the 15<sup>th</sup> Century”, *Athens Journal of History*, vol. 3, nº 4, Outubro de 2017, pp. 321-336.
- SANTOS, João Marinho dos, “Portugal e Marrocos – Da confrontação à cooperação”, *Santa Cruz do Cabo de Gue d’Agoa de Narba. Estudo e*



- Crónica*, ed. João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva e Mohammed Nadir, Viseu, Palimage, 2007, pp. 1-93.
- SEBASTIÃO, Pedro Filipe Fernandes, *Os Espingardeiros. Um novo corpo militar no alvor da Modernidade (1437-1495)*, dissertação de mestrado em História da Idade Média, Coimbra, Faculdade de Letras da Faculdade de Coimbra, 2018.
- SOUSA, Luís Costa e, “The 16th century (1495-1600). The War on Land”, *War in the Iberian Peninsula, 700-1600*, ed. Francisco García Fitz e João Gouveia Monteiro, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2018, pp. 241-256.
- TRIM, D.J.B., e FISSEL, Mark Charles (ed.), *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, State Formation and European Expansion*, Leiden/Boston, Brill, 2011.
- VIANA, Mário, *Estudos e documentos sobre o almirantado português na Idade Média*, [Ponta Delgada], Centro de Estudos Humanísticos, 2018.
- WISSER-FUCHS, Livia, “Une très belle besogne: Jean de Wavrin’s description of battles”, *Publications du Centre Européen d’Etudes Bourguignonnes*, vol. 54, 2014, pp. 57-76.

## Abreviaturas

Cad. – Caderno

CARTUXA – Ver *Livro dos Conselhos*

CDAV – Ver PINA, Rui de, “Chronica do Senhor D. Affonso V”

Cf./cf. – Conferir

Cód. – Códice

CPDJ – Ver GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*

CVF – Ver *Códice Valentim Fernandes*

doc. – Documento

Doc./doc. – Documento

DP – Ver *Descobrimientos Portugueses*

fl./fls. – Fólio/Fólios

MH – Ver *Monumenta Henricina*

p./pp – Página

Vol./vol. – Volume

## Anexos



Figura 1. Arzilla, gravura colorida presente na obra Civitatis Orbis Terrarum, 1572, da autoria de Georg Braun e Franz Hogenberg. Na gravura pode observar-se claramente a forma como o recife bloqueia a entrada no porto de Arzila e, desse modo, dificulta qualquer tentativa de desembarque.



Figura 2. *O desembarque em Arzila*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai, Bélgica, último quartel do século XV, lã e seda, 308 (esq.) / 357 (dir.) x 1108 (sup.) / 1107 (inf.) cm, pertencente à Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana, Guadalajara, Espanha<sup>96</sup>. As tropas portuguesas desembarcam e preparam-se para cercar Arzila. Alguns homens caídos ao mar são socorridos por companheiros, enquanto outros se agarraram aos destroços dos navios afundados.



Figura 3. *O cerco a Arzila*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai, Bélgica, último quartel do século XV, lã e seda, 408 (esq.) / 422 (dir.) x 1108 (sup.) / 1178 (inf.) cm, pertencente à Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana, Guadalajara, Espanha<sup>97</sup>. É bastante claro o palanque montado em torno do arraial como forma de o defender de um eventual ataque inimigo.

96 ARAÚJO, 2012, p. 242.

97 ARAÚJO, 2012, p. 243.



Figura 4<sup>98</sup>. Plano de desembarque das tropas portuguesas idealizado por D. Afonso V. Com a armada ao largo (A) era primeiro necessário ultrapassar o recife (B). As tropas portuguesas embarcadas em batéis deviam ser divididas em cinco batalhas para desse modo poderem ultrapassar o recife em conjunto. Da esquerda para a direita, encontramos as batalhas dos condes de Faro (C) e Vila Real (D), do rei (E), de D. João de Bragança (F) e do duque de Guimarães (G).

98 Figura adaptada a partir do esquema de Arzila da autoria de Jorge Correia, cf. CORRÊIA, 2008, p. 182.

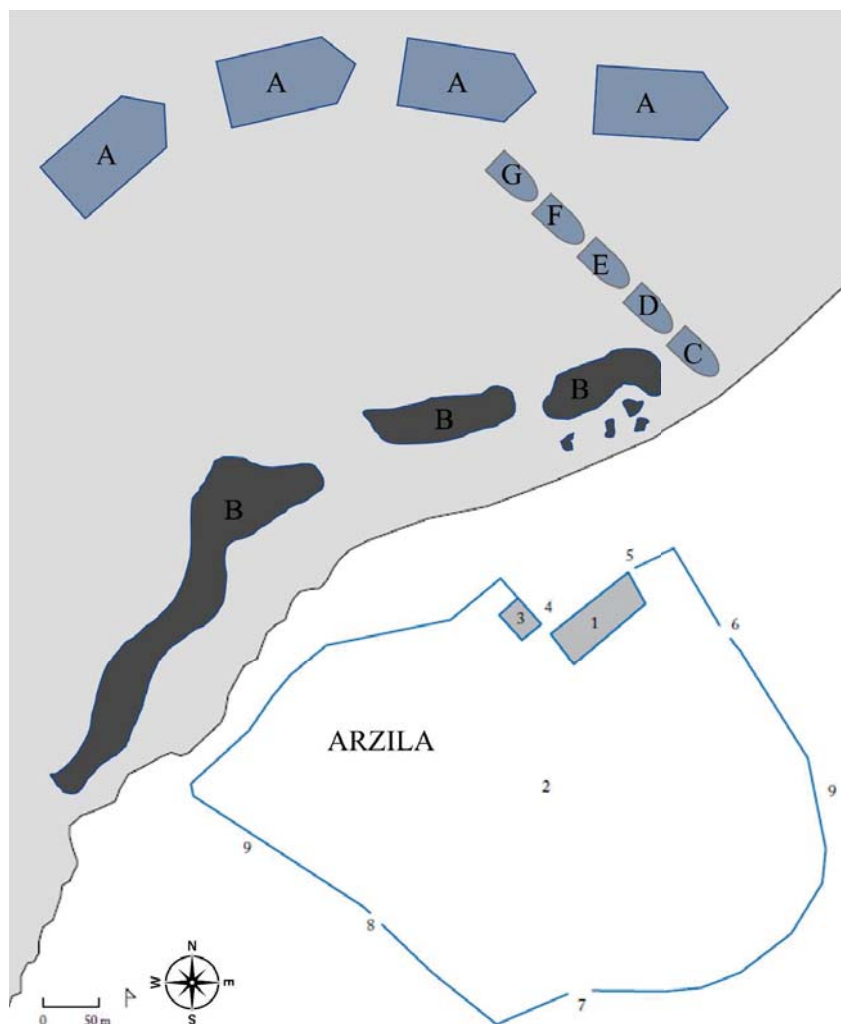


Figura 5<sup>99</sup>. Plano de desembarque alternativo. Caso não fosse possível entrar no recife, seria necessário desembarcar na região de praias a norte de Arzila. Tendo em conta as condições menos favoráveis dessa zona de costa, a formação das tropas deveria alterada, passando as cinco batalhas a desembarcar uma após a outra. O conde de Faro seguiria na vanguarda (C), seguido pelas batalhas do conde de Vila Real (D), do rei (E), de D. João de Bragança (F) e do duque de Guimarães (G).

**Fecha de recepción:** diciembre de 2022.

**Fecha de aceptación:** abril de 2023.

99 Figura adaptada a partir do esquema de Arzila da autoria de Jorge Correia, cf. CORREIA, 2008, p. 182.